

REVISTA
VIA SPIRITUS
PREGAÇÃO E ESPAÇOS
PENITENCIAIS

N.º16'09

ARCANGELI, Letizia, PEYRONEL, Susanna (a cura di) – *Donne di potere nel Rinascimento*. Roma: Viella, 2008, 831 pp.

Como resultado da recolha das actas de um colóquio realizado na Universidade de Milão, em Novembro de 2006, o presente volume, organizado por Letizia Arcangeli e Susanna Peyronel, apresenta-nos um conjunto de estudos sobre o poder (ou não poder) político feminino num âmbito definido do ponto de vista cronológico (o Renascimento), social (a aristocracia), territorial e institucional (os estados regionais, principados ou reinos italianos), tentando assim revalorizar uma dimensão importante que tem vindo a ser, paulatinamente, considerada não só pela história política, mas também pela história económica, social e cultural.

A consideração de que esta dimensão da «*donna politica*» é menos conhecida e tratada do que a da «*donna religiosa*» permitiu às responsáveis pela publicação deste volume realçar o seu contributo para o (re)conhecimento dos papéis de relevo político no seio da esfera pública – organização de cortes e academias, participação na luta política, governação como regentes – que certas mulheres (princesas, senhoras de pequenos estados autónomos, familiares de papas ou de cardeais, feudatárias), a par de seus pais, irmãos, maridos, filhos ou sobrinhos, desempenharam.

O volume encontra-se dividido em três partes: I- «*Tra famiglie e patrimoni: ricchezze materiali e immateriali*»; II- «*Reti di potere e spazi di corte femminili*»; III- «*Donne e potere politico*».

A primeira parte abarca sete estudos. O primeiro estudo, da autoria de Stanley Chojnacki e intitulado «*At Home and Beyond: Women's Power in Renaissance Venice*» (pp. 25-43), analisa alguns casos de senhoras pertencentes à elite veneziana que exerceram o poder e as circunstâncias que o tornaram possível, realçando que o Renascimento foi, nesta cidade, um período de expansão dos direitos das mulheres.

Evelyn Welch, no seu artigo «*Women in Debt: Financing Female Authority in Renaissance Italy*» (pp. 45-65), aborda o envolvimento das mulheres no complexo sistema de crédito da época, salientando que o seu poder financeiro

constituía um importantíssimo corolário da sua influência política e social.

«Il potere delle gentildonne: l'esempio di Barbara di Brandeburgo e Paula Gonzaga» (pp. 67-87) foi objecto de tratamento no estudo de Christina Antenhofer. A Autora coloca no centro da sua análise duas senhoras, Bárbara de Brandeburgo (que, aos onze anos, veio da Alemanha para a corte de Mântua, onde casou com Ludovico Gonzaga, futuro segundo marquês de Mântua) e Paula Gonzaga (que, em 1478, aos quinze anos, partiu para Lienz, no condado de Gorizia, para contrair matrimónio com o conde Leonhard di Gorizia), respectivamente mãe e filha, pois «tutte e due sono testimoni di un Rinascimento “multiculturale”, nel senso che com il loro matrimonio avevano superato zone culturali e di lingua» (p. 67). Christina Antenhofer tenta mostrar como estas senhoras assumiram e criaram poderes numa grande variedade de formas, quer fosse o seu papel no seio da família, quer fosse um poder de carácter mais individual, resultante de estratégias diversas: enquanto Bárbara se apresenta influente como matrona, Paula é mais subtil e utiliza redes sociais, tais como os irmãos, o marido, o rei e o arquiduque de Áustria, para defender os seus interesses.

Laura Casella, no seu estudo «Donne aristocratiche nel Friuli del Cinquecento tra strategie familiari e conflitti di fazione» (pp. 89-128), sublinha o papel das mulheres na vida social de Friuli, entre o século XV e o final do século XVI, tentando, deste modo, reconstruir uma insuspeitada e eficaz rede parental e económica que ultrapassa fronteiras e que une famílias pertencentes à nobreza imperial e famílias artesãs e mercantis.

No seu artigo «Lucrezia Borgia, imprenditrice nella Ferrara rinascimentale» (pp. 129-143), Diane Ghirardo traça-nos um perfil desta senhora muito diferente do que nos foi legado pela tradição e pela historiografia, marcado, sobretudo, pela traição e pelo recurso a meios como o veneno para alcançar os seus objectivos, sublinhando, deste modo, a sua faceta de «imprenditrice di successo, capace e all'avanguardia» (p. 143), enquanto mulher que agia directamente, por iniciativa própria e procurando o seu próprio interesse económico.

O estudo de Francine Daenens, «Debiti e crediti di una gentildonna : Isabella Sforza» (pp. 145-167), apoia-se no percorrer de uma grande quantidade de escrituras notariais relativas aos *negotij* de Isabella Sforza, tentando, assim, reconstruir o retrato privado desta senhora *sine viro nec agnatis*, «envolvida» na «teia» mais vasta de conflitos e interesses do duque de Milão e da autoridade pontifícia, e que teve uma visibilidade pouco comum no complexo mapa familiar e político da Itália renascentista.

O estudo de Federica Ambrosini sobre «Una vedova genovese nella Padova del Cinquecento: Caterina Sauli da Passano» (pp. 169-191), que encerra a

primeira parte do volume, apresenta-nos o retrato de uma mulher de carácter e determinação fortes, cujo poder e dinâmica eram dispendidos essencialmente na realização de um projecto em todos os sentidos heterodoxo e gerido com completa autonomia, não só porque este consistia em tornar a sua casa um ponto de encontro e de ligação de um grupo de heterodoxos, mas também porque respondia, sobretudo, a uma exigência interior exclusivamente sua, o qual a Autora define como «un esercizio del potere, dunque, anomalo, avventuroso, inebriante da un lato, dall'altro non privo di risvolti pesanti e amari» (p. 191).

A segunda parte, composta por onze estudos, abre com o artigo de Simona Feci, «Signore di curia. Rapporti di potere ed esperienze di governo nella Roma papale (meta XV-metà XVI secolo)» (pp. 195-222), o qual se debruça sobre a relação entre as mulheres e o poder, em Roma, entre o pontificado de Sisto IV e o de Paulo III, mostrando que as senhoras que alcançavam uma posição de prestígio e de influência pertenciam à família do papa, mas que esta era, todavia, «una posizione opaca, per la mancanza di un ruolo pubblico e di una funzione legittima e per la presenza di una corte “al maschile”, in cui la trasmissione del potere avviene in forma elettiva e il sovrano non ha una consorte con cui spartirlo, né figli che lo ereditino» (p. 195).

Benedetta Borello, no seu estudo «Protezioni di donne. Mogli aristocratiche e patriziato cittadino (Gubbio, Roma, Siena XV-XVI secolo)» (pp. 223-245), realça o *topos* da protecção e a sua perfeita sintonia com os mecanismos de *patronage*, deixando claramente entrever a dinâmica das relações entre a aristocracia e aqueles que solicitavam a sua intervenção.

Por sua vez, Nadia Covini, no seu estudo «Tra *patronage* e ruolo politico: Bianca Maria Visconti (1450-1468)» (pp. 247-280), analisa o papel desempenhado por esta senhora, que era duquesa de Milão, o qual «fu costruito attorno alle potenzialità connesse alla sua nascita e appartenenza alla nobiltà milanese» (p. 280). Dispensando protecções e recomendações, fazendo da sua *domus* um lugar de sociabilidade e de agregação, a duquesa de Milão procurou sempre estabelecer e manter relações com a aristocracia de várias cidades e com as maiores casas senhoriais, «cogliendo l'opportunità di fare da tramite com ambienti di nobili e notabili che non avevano pienamente accettato l'avvento della nuova dinastia sforzesca» (p. 280).

O artigo de Franca Leverotti, intitulado «Lucia Marliani e la sua famiglia: il potere di una donna amata» (pp. 281-311), incide sobre o caso desta senhora, amante de Galeazzo Maria Sforza, duque de Milão, que este havia «comprado» ao marido por quatro mil ducados, mas que, durante os dois anos em que desempenhou este «papel», conseguiu utilizar esta importante posição para, de algum modo, ajudar a sua família de origem.

O estudo de Angelantonio Spagnoletti, «Donne di governo tra sventura, fermezza e rassegnazione nell'Italia della prima metà del '500» (pp. 313-332), apresenta-nos alguns casos de princesas italianas que exerceram o poder político entre o final de Quatrocentos e a primeira metade de Quinhentos, sublinhando não só a sua influência como regentes com direito de escolha do sucessor, como também as transformações que se verificaram no sistema dinástico italiano durante a guerra de Itália e nos anos do governo de Carlos V.

O casamento de D. Beatriz de Portugal, filha do rei D. Manuel, com Carlos II, duque de Sabóia, celebrado em 1521, e o grupo de damas portuguesas que acompanhou a infanta é objecto de tratamento no interessante e sugestivo estudo de Alessandro Barbero e Thalia Brero, intitulado «Genre et nationalité à la cour de Béatrice de Portugal, duchesse de Savoie (1521-1538)» (pp. 333-360). Os Autores realçam não só a oportunidade oferecida a D. Beatriz para desenvolver um papel político autónomo em relação ao marido e ao sogro, mas também o modo como utilizou o seu poder para proteger os interesses dos seus compatriotas (sobretudo das damas), preocupando-se com as suas questões imobiliárias e o seu dote, tentando fazê-las desposar os melhores partidos do ducado, reflectindo, assim, a existência de uma verdadeira solidariedade feminina.

O estudo de Elisa Novi Chavarría, intitulado «Reti di potere e spazi di corte femminili nella Napoli del Cinquecento» (pp. 361-374), analisa os casos de duas senhoras napolitanas, Roberta Carafa e Maria de Aragão, que tiveram um papel activo nos círculos humanistas de Nápoles «della prima età spagnola» (p. 361), na medida em que estiveram presentes na vida artística, política e cultural da capital do reino, nas «capitais» dos respectivos feudos e, no caso da «Aragonesa», assumindo também uma dimensão «internacional» do poder, como mulher do governador de Milão e como governadora do ducado de Benevento.

Dorit Raines, no seu estudo «La dogaressa erudita. Loredana Marcello Mocenigo tra sapere e potere» (pp. 375-404), analisa o caso emblemático de uma mulher que evitava, pelo menos em parte, a lógica plurissecular veneziana que reservava à «dogaressa» o papel de consorte, mãe e patrona perfeita e que lhes impedia o desempenho de «funções de estado» e que veio a tornar-se um autêntico «ícone do poder».

O artigo de Alison A. Smith, «Women and Political Sociability in Late Renaissance Verona: Ersilia Spolverini's *Elogio* of Chiara Cornaro» (pp. 405-415), tem como objecto de tratamento o *elogio* que, em 1596, uma senhora pertencente à nobreza de Verona, Ersilia Spolverini, publicou, em louvor da mulher de um capitão veneziano, Chiara Cornaro, realçando que este facto só foi possível graças ao articulado sistema de sociabilidade política da elite, que

se desenvolveu em Verona e em outras cidades do estado veneziano, ao longo do século XVI, o qual propiciou um conjunto de oportunidades para mulheres que, como Ersilia, aproveitavam o seu acesso a redes «informais» de influência para alcançarem prestígio cultural e uma certa distinção pública.

O estudo de Sara Cabibbo sobre «Percorsi del potere femminile fra Italia e Spagna: il caso di Vittoria Colonna Enriquez (1558-1633)» (pp. 417-443) apoia-se na análise de um conjunto de cartas relativas a esta senhora, filha mais nova de Marco Antonio Colonna, herói de Lepanto e vice-rei da Sicília, e duquesa de Medina di Rioseco, evidenciando a extrema flexibilidade que caracterizava a sua adaptação às mais diversas circunstâncias, a capacidade em aproximar-se do centro do poder através dos canais reservados às senhoras de corte na Espanha de Filipe II e de Filipe III, a perseverança em alcançar a fortuna da sua *Casa*, que se manifesta também na administração do património siciliano da família Enriquez, culminando na fundação da cidade de Vittoria, exemplo de «refeudalização» da ilha, sucedido à sombra do domínio dos Áustrias, mas também expressão da vontade da duquesa em deixar traços do seu papel nesta empresa.

A segunda parte encerra com o estudo de Vittoria Fiorelli sobre «Una viceregina napoletana della Napoli spagnola: Anna Carafa» (pp. 445-462). Anna Carafa, filha de Antonio, duque de Mondragone, e de Elena Aldobrandini, mulher de Ramiro Guzmán, duque de Medina de las Torres e vice-rei de Nápoles, herdeira de um vasto património de terras e de palácios e depositária de privilégios e prerrogativas, graças ao casamento com um estrangeiro, tornar-se-á a primeira vice-rainha napolitana da Nápoles espanhola, um papel que lhe deu a proeminência absoluta, alcançada através do mais alto cargo institucional do reino.

A terceira parte, constituída por onze estudos, abre com o artigo de Christine Shaw sobre «Bartolomea Campofregoso: A Woman's Claim to Power in Fifteenth-Century Genoa» (pp. 465-479), que realça as qualidades pessoais e o carácter extraordinário desta mulher do poder local que, após a morte do marido, Pietro Campofregoso, *doge* de Génova entre 1450 e 1458, tornou-se não só uma voz influente nos conselhos políticos da família Campofregoso, mas também na vida pública da cidade.

O artigo de Marco Folin, «La corte della duchessa: Eleonora d'Aragona a Ferrara» (pp. 481-512), mostra-nos que, apesar do silêncio das fontes, as princesas poderiam ter, em certos casos, um papel no governo que não era suplementar, de suporte ao príncipe ou, quando muito, de regência em caso de vazio de poder. Por outro lado, este estudo de caso coloca em evidência uma das marcas distintivas do *matronage* feminino: o apoio numa rede de

relações não só humanas e políticas, mas também artístico-culturais, de natureza essencialmente extra-local e que se caracterizavam pela expansão para outros Estados, favorecidas pelas relações familiares da linhagem de origem.

O estudo de Cesarina Casanova, intitulado «Mogli e vedove di condottieri in area padana fra Quattro e Cinquecento» (pp. 513-534), incide sobre a questão das alianças matrimoniais neste território italiano.

Elena Papagna, no seu artigo «Tra vita reale e modelo teórico: le due Costanze d'Avalos nella Napoli aragonese e spagnola» (pp. 535-574), debruça-se sobre a vida de duas senhoras homónimas, tia e sobrinha, procurando assim compreender os papéis femininos em Nápoles, no período de transição entre a época aragonesa e a espanhola. A Autora conclui que cada uma das Avalos parece, efectivamente, personificar um modelo feminino difuso: a mais velha, ou seja, a tia, pode ser considerada uma espécie de transposição feminina do conhecido paradigma humanista e masculino do indivíduo valoroso nas armas e engenhoso nas letras, parecendo encarnar a *virago* idealizada por Jacob Burckhardt, que exaltou as qualidades viris das grandes damas renascentistas; a mais jovem, a sobrinha, parece personificar o *topos* da mal-casada, que procurava refúgio na escrita e na religião, a qual era o único meio de oferecer um sentido e uma finalidade transcendente às mortificações da vida quotidiana e de conferir dignidade à esposa devota e casta.

O estudo de Gabriella Zarri sobre «Caterina Cibo duchessa di Camerino» (pp. 575-593), neta, por via materna, de Lorenzo, o Magnífico, analisa a sua regência em Camerino, conduzida, entre 1527 e 1535, em nome da filha de poucos anos, a qual foi anómala na época, enquanto concessão do papa Clemente VII e estando ainda vivo o duque Giovanni Maria da Varano, mostrando, deste modo, a política nepotística levada a cabo pelos pontífices, que beneficia os filhos naturais e os familiares.

Letizia Arcangeli, no seu artigo «Un'aristocrazia territoriale al femminile. Due o tre cose su Laura Pallavicini Sanvitale e le contesse vedove del parmense» (pp. 595-653), aborda as consequências das guerras em Itália e do aumento do número de viúvas, que deram origem a uma espécie de «feminilização» temporária da aristocracia, pelo menos em algumas partes do território italiano, ao longo do século XVI.

Rossana Sacchi, em «Caterina Bianca Stampa Petra e poi Lodrone» (pp. 655-667), analisa o ofício administrativo desempenhado por esta senhora, enquanto conservadora dos judeus em Milão, desde 1522 até à sua morte.

O estudo de Michele Cassese, intitulado «Giovanna e Maria d'Aragona: due sorelle napoletane "doppio pregio ad una etade" e il rapporto con il potere nel '500» (pp.669-707), realça as posições que estas duas irmãs assumiram em

diversas questões públicas e privadas, num período de particular mudança da história do vice-reino de Nápoles.

O epistolário de Giulia Gonzaga é objecto de tratamento no estudo de Susanna Peyronel, intitulado «I carteggi di Giulia Gonzaga» (pp. 709-742), no qual a Autora apresenta-o como testemunho do papel desempenhado por esta senhora em litígios jurídicos, na assídua frequência da corte e em estratégias matrimoniais.

No seu artigo «Eleonora di Toledo e la gestione dei beni familiari: una strategia economica?» (pp. 743-764), Bruce L. Edeslstein tenta reconstruir a actividade económica empreendida pela duquesa de Florença, filha de D. Pedro de Toledo, vice-rei de Nápoles, e mulher de Cosimo I de' Medici, mostrando que esta não é um *alter ego* do marido, mas uma verdadeira coadjutora: representa, com as suas próprias finanças, uma solução original e utiliza, simultaneamente, os poderes públicos para aumentar os seus lucros e proveitos.

A terceira parte encerra com o estudo de Mónica Miretti, intitulado «Mediazoni, carteggi, clientele di Vittoria Farnese, duchessa di Urbino» (pp. 765-784), no qual a Autora apresenta esta senhora, segunda mulher de Guidubaldo II Della Rovere, duque de Urbino, como detentora de uma sensibilidade política e de uma capacidade de mediação pouco comuns e tanto mais significativas na conjuntura histórica na qual vive (as décadas centrais do *Cinquecento*), em que o marido é senhor de um pequeno ducado no centro de Itália e procura, tal como muitos outros príncipes da península, projectá-lo na órbita espanhola.

Por tudo isto, a vastidão de perspectivas e a diversidade de abordagens apresentadas neste volume mostram, no seu conjunto, as imensas potencialidades do estudo do activo papel das mulheres na sociedade e na política do Renascimento italiano.

Paula Almeida Mendes

Estudante de Doutoramento (FLUP)